

1 A Lei: vigência no tempo e no espaço.

(CESPE/PC-SE/Delegado/2018) Uma nova lei, que disciplinou integralmente matéria antes regulada por outra norma, foi publicada oficialmente sem estabelecer data para a sua entrada em vigor e sem prever prazo de sua vigência. Sessenta dias após a publicação oficial dessa nova lei, foi ajuizada uma ação em que as partes discutem um contrato firmado anos antes sobre o assunto objeto das referidas normas.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os seguintes itens, com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 1.** No momento do ajuizamento da ação, a nova lei já estava em vigor.
- 2.** Apesar de a nova lei ter revogado integralmente a anterior, ela não se aplica ao contrato objeto da ação.

(CESPE/PF/Delegado/2018) Diante da existência de normas gerais sobre determinado assunto, publicou-se oficialmente nova lei que estabelece disposições especiais acerca desse assunto. Nada ficou estabelecido acerca da data em que essa nova lei entraria em vigor nem do prazo de sua vigência. Seis meses depois da publicação oficial da nova lei, um juiz recebeu um processo em que as partes discutiam um contrato firmado anos antes.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 3.** O caso hipotético configura reprimenda, devendo o julgador, por isso, diante de eventual conflito de normas, aplicar a lei mais nova e específica.
- 4.** A nova lei começou a vigorar no país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e permanecerá em vigor até que outra lei a modifique ou a revogue.

(CESPE/STJ/Técnico Judiciário (Área Administrativa)/2018) Julgue o item a seguir, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

5. O prazo de vacatio legis se aplica às leis, aos decretos e aos regulamentos.

6. O intervalo temporal entre a publicação e o início de vigência de uma lei denomina-se vacatio legis.

7. Lei em vigor tem efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

8. Se a lei não dispuser em sentido diverso, a sua vigência terá início noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 5º (Decreto nº 572/1890) Os decretos sobre interesse individual ou local, as instruções e avisos para a boa execução das leis e quaesquer actos de privativa atribuição do poder executivo, são exequíveis desde que delles tiverem conhecimento os interessados e as autoridades competentes por meio do Diario Official, ou fôrma authentica.

9. (CESPE/PC-MA/Delegado/2018) De acordo com a LINDB, no tocante ao fenômeno da reinstauração, salvo disposição em contrário, a lei

a) nova que estabeleça disposições gerais a respeito de outras já existentes não revogará leis anteriores.

b) revogada voltará a vigorar se a lei que a revogou for declarada inconstitucional em controle difuso.

c) revogada não se restaurará se a lei revogadora perder a vigência.

d) nova que estabeleça disposições especiais a respeito de outras já existentes não revogará leis anteriores.

e) nova revogará a anterior se regular inteiramente a mesma matéria.

10. (CESPE/TRE-TO/AJAJ/2017) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- a) o princípio da obrigatoriedade das leis é incompatível com o instituto do erro de direito.
- b) em relação à eficácia da lei no tempo, a retroatividade de uma lei no ordenamento jurídico será máxima.
- c) adota-se, quanto à eficácia da lei no espaço, o princípio da territorialidade mitigada.
- d) em caso de omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com as regras de experiência.
- e) será admitida correção de texto legal apenas antes de a lei entrar em vigor.

Gabarito: Lei: Vigência no tempo e no espaço.

Dez/Unid	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	-	E	C	E	C	E	C	C	E	C
1	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2 Sujeitos do Direito: pessoas naturais, pessoas jurídicas; personalidade; capacidade das pessoas naturais e das pessoas jurídicas; domicílio.

11. (CESPE/Instituto Rio Branco/Diplomata/2018) Considera-se personalidade jurídica a capacidade *in abstracto* de ser sujeito de direitos ou obrigações, ou seja, de exercer determinadas atividades e de cumprir determinados deveres decorrentes da convivência em sociedade.

12. (CESPE/TCE-RN/Auditor Substituto de Conselheiro/2015) Acerca das pessoas naturais e jurídicas, julgue o item que se segue.
Devido ao fato de serem absolutamente incapazes, os menores de dezesseis anos de idade não são considerados sujeitos de direitos e de obrigações.

13. (CESPE/PC-MA/Delegado/2018) O início da personalidade civil das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado ocorre, respectivamente, com

- a) o nascimento com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- b) o registro civil do nascido com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- c) a concepção do nascituro e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- d) o registro civil do nascido com vida e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- e) a concepção do nascituro e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

14. (CESPE/TRE-TO/AJAJ/2017) Jovem de dezesseis anos de idade que se case com indivíduo civilmente capaz e que se torne viúva antes de completar dezoito anos de idade

- a) passará, automaticamente, ao estado de relativamente incapaz.
- b) regressará, desde que sentença judicial assim determine, ao estado de incapacidade.
- c) permanecerá, independentemente de sentença judicial, capaz para os atos da vida civil.
- d) permanecerá, desde que sentença judicial assim determine, capaz para os atos da vida civil.
- e) regressará, automaticamente, ao estado de absolutamente incapaz.

15. (CESPE/TRT 7ª Região/AJAJ/2017) Após o naufrágio de embarcação em alto mar, constatou-se a falta de um dos passageiros, que nunca foi encontrado.

Nessa situação, com relação ao desaparecido, será declarada a sua morte presumida

- a) mesmo sem o encerramento das buscas e averiguações.
- b) após a declaração de sua ausência.
- c) após um ano de seu desaparecimento.
- d) mesmo sem a decretação de ausência.

(CESPE/STJ/Técnico Judiciário – Área Administrativa/2018) Acerca dos direitos da personalidade, julgue os itens que se seguem.

16. Ressalvadas as exceções previstas em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício, no entanto, sofrer limitação voluntária.

17. É proibida, ainda que com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

18. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome.

19. O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória

(CESPE/STJ/Técnico Judiciário – Área Administrativa/2018) Julgue o seguintes item, relativos ao domicílio.

20. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

21. Domicílio corresponde ao lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

22. (CESPE/TRT 8ª Região/AJOJ/2016) A respeito da pessoa natural e da pessoa jurídica, assinale a opção correta.

a) Os partidos políticos, assim como os municípios e a União, são pessoas jurídicas de direito público interno.

b) Ao permitir que o nascituro pleiteie alimentos ao suposto pai, por meio de ação judicial, a lei reconheceu-lhe personalidade jurídica.

c) No caso de um tutor pretender adquirir para si bens do tutelado, é correto afirmar que aquele tem capacidade para a prática desse negócio jurídico, mas carece de legitimação para realizar tal aquisição.

d) São considerados absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos de idade, os pródigos e aqueles que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

e) A dotação especial de bens livres do instituidor para a criação da fundação só tem validade se feita por escritura pública, sendo vedada a sua instituição mediante testamento.

23. (CESPE/TRF 1ª Região/AJOJ/2017) As fundações podem ser criadas independentemente da dotação especial de bens livres pelo instituidor.

24. (CESPE/TRF 1ª Região/AJOJ/2017) As cooperativas têm natureza jurídica de pessoa jurídica de direito privado.

25. (CESPE/TRF 1ª Região/AJOJ/2017) Na extinção de associação, os valores referentes às quotas dos associados não são revertidas a eles, visto que associações não possuem fins econômicos.

26. (CESPE/TRF 1ª Região/TJAA/2017) As empresas individuais de responsabilidade limitada são exemplo de pessoa jurídica de direito privado.

27. (CESPE/Pref. Salvador-BA/Procurador/2015) Consoante a jurisprudência do STJ, a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado por

- a) confusão patrimonial e dissolução irregular.
- b) desvio de finalidade conjugado com confusão patrimonial.
- c) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- d) desvio de finalidade e dissolução irregular.
- e) mera dissolução irregular.

Gabarito: Sujeitos do direito: pessoas naturais, pessoas jurídicas.

Dez/Unid	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	-	C	E	A	C	D	E	E	C	E
2	C	C	C	E	C	E	C	C	-	-